



Educação

O trote em debate

Alunos do ensino médio avaliam o fim ou a manutenção dessa prática nas universidades

ADRIANA FERREZIM

Da Gazeta de Piracicaba

adriana.ferezim@gazetadepiracicaba.com.br

Cerca de 70 estudantes do ensino médio dos colégios Anglo Cidade Alta e Portal do Engenho participaram, ontem, de um debate sobre o fim ou a permanência do trote nas universidades. O evento aconteceu na sede da escola, no Bairro Alto, e contou com a participação de dois professores da Universidade de São Paulo (USP) que têm opiniões divergentes sobre o tema.

O professor Antonio Almeida, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), pesquisa o tema há 14 anos e é contra o trote. Para ele, a prática se apresenta sob o pretexto de integrar os alunos, mas, na verdade, é segregadora, discriminatória, sexista e racista.

Já o professor da USP de Ribeirão Preto Victor Rodriguez considera que o trote é violento e atua com o preconceito e a diferença, mas também é uma forma - dentro do campus - de apresentar a dura realidade da vida ao aluno. Ele serve para o amadurecimento dos estudantes, quando ingressam na universidade e têm a capacidade de dizer "não" aos agressores e, até mesmo, de denunciá-los perante uma autoridade policial. O professor ressaltou que práticas como agressão, ameaça, cárcere privado, estupro, que podem ocorrer no trote, estão previstas no Código Penal.

Almeida é contra até mesmo as brincadeiras toleradas, como cortar o cabelo, pintar. Ele falou sobre casos de jovens que morreram em virtude dessas práticas, consideradas normais.

De acordo com as professoras do colégio Ligiane Segredo e Daniele Pinelli, esse é o segundo as-



Antonio Almeida, Luciana Leme, Ana Dantas, Felipe Vitti, Victor Rodriguez e Lucas Camargo, durante o evento

sunto polêmico tratado com os estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio. No ano passado, a discussão foi sobre a proposta de redução da maioridade penal. "A ideia do debate surgiu após a leitura dos artigos que os dois professores publicaram em um jornal de circulação nacional", comentaram as professoras.

Também participaram alunos da Esalq e um aluno do cursinho do Anglo, que no início do ano ingressou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como também Luciana Leme, mestranda da Esalq.

Os alunos Ana Dantas e Felipe Vitti, da Esalq, se posicionaram contra o trote, porque, segundo eles, não é preciso nenhum ato de violência para o estudante se

sentir cidadão e, para eles, a universidade precisa dar mais apoio às vítimas.

O estudante Lucas Camargo comentou que sofreu trote no campus e na república. Ele é a favor da medida. "É uma brincadeira e marca a maturidade. Não sofri nenhuma violência e quando algo assim foi proposto, me recusei", disse.

O debate ocorre após a divulgação de um cartaz com o ranking da vida sexual de alunas e alunos homossexuais no campus.

Na semana passada, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) repudiou a colocação do cartaz com os apelidos dos estudantes no Centro de Vivência. "No entendimento da SPM,

a fixação do referido cartaz com conteúdo injurioso e racista é crime e uma atitude que reforça o preconceito e a discriminação contra as mulheres no País. Esta prática incita e autoriza crimes como o recente caso do município Castelo do Piauí, onde quatro adolescentes foram vítimas de feminicídio, estupro coletivo e lesões graves, levando uma delas à morte. O ato cometido no campus da USP Piracicaba fere a dignidade humana, viola a Constituição Federal e contraria os preceitos da Lei Maria da Penha. A SPM vai solicitar mais informações à Universidade e acompanhar a apuração dos fatos", assina a nota Aparecida Gonçalves, secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM/PR.

ATTITUDE

Câmara vota moção de repúdio

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de Vereadores de Piracicaba protocolou, ontem, em regime de urgência, uma moção de repúdio ao cartaz afixado no Centro de Vivência da Esalq/USP, extensa a todos que direta ou indiretamente participaram da sua confecção. A moção foi aprovada na reunião de ontem, e pede ainda, a responsabilização acadêmica, civil e criminal dos autores do cartaz.

A comissão é presidida pelo vereador Paulo Camolesi (PV), tem como relatora a vereadora Madalena (PSDB) e integrante o vereador Capitão Gomes (PP).

Na moção, a comissão lembra que "nesta centenária faculdade, além de conteúdos importantes para a atuação consciente na agricultura do país e do mundo, conceitos e princípios de vida são ensinados cotidianamente. Estudantes expuseram de forma grosseira e desumana dezenas de jovens, portanto, incompatível com a formação ética que a universidade deveria estimular".

O documento acrescenta ainda que "esta deplorável atitude demonstra, por parte de alguns estudantes, vocação machista, racista e homofóbica, com as quais a sociedade piracicabana, por meio desta Casa de Leis, vem a repudiar. Além disso, expressamos também nossa solidariedade às vítimas dessa ação lamentável".